

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO PROCESSO EDUCATIVO: POSSIBILIDADES E LIMITES DA INTERVENÇÃO

Eliana Ferreira Silva¹; Luiz Henrique Silva Nascimento².

1- Faculdade de Saúde Ibituruna (elianafereirasil@gmail.com);

2- Faculdade de Saúde Ibituruna / Universidade Estadual de Montes Claros (luhesina@gmail.com);

Resumo: Sabe-se, na atualidade que, a psicologia da educação contribui para a compreensão dos processos de mudança que atravessa o sujeito no percurso das atividades educacionais, englobando o desenvolvimento e a aprendizagem. Tendo em vista que o psicólogo escolar, deve ter consciência de que o conhecimento produzido referente a realidade das instituições de ensino é um conhecimento conjugado, tecido, localizado, historicizado. O estudo em questão foi realizado a partir de práticas com alunos da educação básica, do 1º ao 5º ano, suas docentes, supervisora e diretora de uma escola pública do município de Montes Claros-MG. O trabalho possibilitou enfatizar as contribuições que a psicologia escolar e educacional proporciona a instituição de ensino e seus membros, bem como, discutir suas possibilidades e limitações. Assim, se pode concluir que o psicólogo deve ater-se para não desvincular o aluno do seu sistema relacional mesmo com os fatores limitadores da educação, visando adequar suas ações a realidade da criança buscando formas que estimulem e motivem os alunos a aprenderem a cada dia, de acordo o seu desenvolvimento cognitivo. Pois, para o psicólogo escolar, se é primordial que compreenda o desenvolvimento cognitivo e intelectual de crianças e adolescentes de maneira individual.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino-aprendizagem, Intervenção, Psicologia Escolar.

INTRODUÇÃO

A Psicologia da Educação, conforme Salvador (1999), originou-se da Filosofia. Por influência da tendência positivista, se desvincula dessa área na tentativa de se tornar uma ciência autônoma com objetos de estudo próprios. Recebe tal denominação no início do século XX, sendo descrita como a área do conhecimento que aplicava os conceitos e contribuições da Psicologia Clínica à Educação, especialmente ao contexto do ambiente escolar.

De 1920 a 1955, houve a simbiose entre Psicologia e Educação em sua forma mais intensa e que perdura até hoje, haja vista a supremacia deste âmbito da Psicologia sobre as demais; a Psicologia da Educação encontra seu auge, e por fim especializa-se no rendimento escolar mensurável por meio das variações individuais e circunstanciais, desenvolve uma Psicologia da Aprendizagem e estabelece a Psicologia do Desenvolvimento Infantil. Desde então, a Psicologia, por incumbência e competência, aprimora e fundamenta suas teorias no que tange aos processos sociocognitivos atuantes na Educação.

A partir disso, houve um longo período entre os anos de 1970 e 1980 de fortes críticas. Entre meados dos anos 80 e início dos anos 90, afirma Gatti (2003) que essa ramificação da Psicologia amplia sua abrangência, vinculando-se a outras áreas e adotando uma postura interdisciplinar, especialmente no âmbito da pesquisa.

Guedes (2002) aponta que, por volta de 1960, a disciplina Psicologia da Educação, juntamente com outras pedagógicas, passa a ser requisito obrigatório nas grades curriculares dos cursos de licenciatura do Brasil e, até então, embora não mais citada na legislação como obrigatória, faz parte da formação dos futuros docentes. Nesse contexto, surge com a finalidade de possibilitar aos educadores os conhecimentos sobre desenvolvimento humano, incluindo as questões físicas/psicológicas e o processo de ensino e aprendizagem. As teorias estudadas por meio das correntes psicológicas permitiriam a aproximação do professor com os fatores interferentes nesses processos, considerando aspectos históricos, culturais e cognitivos.

Coll (2004) entende-se que a psicologia da educação contribui para a compreensão dos processos de mudança que atravessa o sujeito no percurso das atividades educacionais, englobando o desenvolvimento e a aprendizagem. De acordo com o dicionário de Psicologia, a psicologia educacional, é um ramo da psicologia que estuda: 1. As interações que se estabelecem entre o indivíduo e as situações de educação; 2. Os estados psicológicos resultantes da ação educativa; 3. A influência das variáveis intervenientes no processo educativo” (MESQUITA, DUARTE, 1996). De acordo com Vygotsky, “a educação é a influência premeditada, organizada e prolongada no desenvolvimento de um organismo” (apud MARTINS, 2006, p. 49). Nesse sentido pensar a educação da criança e do ser humano de modo mais amplo é pensar num contexto de possibilidades de interações sociais intersubjetivas estabelecidas ou que se estabelecem num processo de trocas mediadas pelo conhecimento, pela cultura e pelas histórias inerentes a todos os seres humano. Facci (2006, p. 138).

Outras tantas teorias da psicologia se sucederam aos estudos de Wundt, como a Psicologia sócio histórica, proposta por Lev Vygotsky, para quem o contexto social tem significativa influência no processo de aprendizagem. E a psicanálise, postulada por Freud que tem como objeto de investigação o inconsciente, seja das palavras ou das ações do sujeito. Sendo assim, essas principais correntes da psicologia, possibilitam a compreensão do desenvolvimento de pressupostos necessários ao processo de aprendizagem da criança.

Para Goulart (2000), a Psicologia da Educação é uma ciência aplicada à Educação cujo objetivo é, numa relação permeável com as demais ciências pedagógicas, oferecer subsídios para

que o ato educativo alcance plenamente seu objetivo. “A educação é um empreendimento social; por isso é um macro fenômeno, cuja caracterização é multidisciplinar” (GOULART, 2000, p. 14). A Psicologia da Educação compreende, pois, a utilização de conclusões obtidas em diversas áreas das ciências psicológicas sobre assuntos que interessam especificamente à Educação e à investigação de problemas relacionados às pessoas sob ação educativa (GOULART, 2000, p. 14).

Ainda assim, acredita-se na necessidade de relacionar os conteúdos com a realidade vivenciada na prática docente. Larocca (2001) e Gatti (2003) afirmam que é fundamental realizar essa ponte entre as teorias da aprendizagem, dentre outros conteúdos da disciplina, com a realidade social, histórica e cultural na qual a escola está inserida, portanto, voltando-se para uma práxis docente.

A partir da história da psicologia da educação, é possível fazer reflexões sobre o estado atual do processo ensino-aprendizagem nos permite identificar um movimento de ideias de diferentes correntes teóricas sobre a profundidade do binômio ensino e aprendizagem. Entre os fatores que estão provocando esse movimento podemos apontar as contribuições da Psicologia atual em relação à aprendizagem, que nos leva a repensar nossa prática educativa, buscando uma conceptualização do processo ensino-aprendizagem. O objetivo deste trabalho é mapear de forma sucinta, a atuação do psicólogo no contexto escolar possibilitando ao leitor um esclarecimento com base teórica e prática, em pesquisa realizada em escola pública no município de Montes Claros no ano de 2015. Visando salientar, portanto a contribuição do papel da psicologia no âmbito escolar. Destarte, o presente estudo irá acentuar as contribuições da psicologia escolar e educacional para a educação, de modo que seja possível avaliar como tem sido a atuação e intervenções dos psicólogos neste contexto e também; analisar de que forma o psicólogo contribui para processo de aprendizagem mais efetivo e significativo para o educando e educadores.

METODOLOGIA

O curso de Psicologia, da Faculdade de Saúde Ibituruna, no seu 8º período oferece suas ênfases de atuação psicológica. Aos que escolheram a ênfase educacional, tem acrescentado as suas grades curriculares a disciplina “Processos Educacionais I”. E como parte da avaliação da disciplina o acadêmico deve realizar práticas de intervenção dentro de alguma escola. No estudo em questão, as práticas que possibilitaram a realização do presente artigo foram desenvolvidas com alunos da educação básica, do 1º ao 5º ano e suas docentes de uma escola pública do município de Montes

Claros-MG. Nas práticas, são desempenhadas observação para coleta de dados sobre a demanda que as professoras e alunos – por advento do desenho livre, onde desenharam a escola que gostariam de estudar – vieram a apresentar anteriormente em conversas com os acadêmicos. Em seguida, dá-se início as intervenções buscando amenizar a boa convivência entre alunos para com seus iguais e professores e, docentes com os servidores da escola; identificação das defasagens de alguns alunos no ensino-aprendizagem; compreensão do contexto social dos alunos, para possibilitar a compreensão de alguns fenômenos recorrentes dentro do ambiente escolar.

Para a realização deste trabalho, utilizamos um aparato teórico baseado em estudiosos da Psicologia Educacional e Escolar e também do binômio ensino-aprendizado. Apresentamos, neste artigo, a metodologia utilizada na intervenção psicológica utilizada na escola e, ao final, discutimos a contribuição de tais práticas no processo ensino-aprendizagem. Com este trabalho não pretendemos findar o tema em questão, mas instigar os estudos acerca do processo de intervenção psicologia dentro das escolas, com ênfase no processo ensino-aprendizagem, e, com as querelas, servir de exemplo para estudos ou práticas futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após explicado a função do psicólogo escolar baseado no conceito de Martins (2003) para as professoras, supervisora e diretora. Conceito este, que proporciona ao psicólogo, entender a instituição na sua total complexidade, focando os fenômenos que ali são desenvolvidos, sob as outras inúmeras ciências, como: a sociologia, a psicologia, a antropologia, de tal forma, que o profissional não se reduza em “psicologizar”. O psicólogo escolar, deve compreender que o conhecimento produzido referente a realidade daquela instituição é um conhecimento conjugado, tecido, localizado, historicizado. Conhecimento que deve ser elaborado através da coletividade da escola com os seus professores, supervisores e diretora. Sugiram várias indagações, bem como:

“O que eu faço com meu aluno que vive no mundo na lua? Quero encaminhá-lo, pois ele tem problema! O que vocês podem fazer com ele?” Trecho do relato da professora do 2º ano.

“Tem um menino lá na minha sala, que eu já fiz de tudo, mas ele não para quieto! Ele é hiperativo, eu tenho certeza. Ele precisa de psicólogo, vocês estão aqui para isso?” Trecho do relato da professora do 3º ano.

“Um aluno meu tem retardo, ele não consegue acompanhar a turma, precisa de remédio. Mas vocês não podem, né!? Só o médico?” Trecho do relato da professora do 5º ano.

Após esses e outras indagações, começaram a ser percebido os limites das intervenções, tendo em vista, a impossibilidade do profissional em normatizar a criança de acordo o desejo do sistema da instituição educacional.

Contudo, alguns pontos foram esclarecidos no decorrer das intervenções praticas dentro da escola. Esses esclarecimentos nortearam as professoras em como lidar com os alunos que possuía alguma incongruência perante os demais e sobre a verdadeira atuação do psicólogo escolar.

Defasagem escolar

A grande questão presente dentro da escola, é o fracasso escolar. As professoras muito indagaram no que refere em ações para com esses alunos defasados, pois compreendiam que seus alunos são de famílias tidas como desestabilizadas e vivem em um contexto socioeconômico de baixa renda, o que possibilitava muitos alunos irem para a escola com fome, sem banho, roupas sujas. No entanto, o fenômeno da defasagem escolar “não pode ser reduzido às variáveis socioeconômica das famílias já que a quantidade e a qualidade das escolas, o ingresso no mercado do trabalho, as características individuais observáveis e não observáveis são também determinantes importantes” (Ribeiro e Cacciamali, 2012. p. 498).

Na presente escola, após observações feitas em sala, durante as aulas, percebe-se que a explicação da Zucoloto (2007 *apud* Patto, 1990; Collares e Moysés, 1994; Souza e Machado, 1997; Moysés, 1998) para o fracasso escolar, é o que acontece dentro da mesma. Sendo que, para os estudiosos o fracasso escolar, no que diz respeito às dificuldades de escolarização das crianças – barreira na efetivação do processo ensino-aprendizado – das classes mais baixas, origina-se na pouca qualidade de ensino da escola pública – por mais que as professores pensem em inovar, a escola não possui verba para executar – ; e também, o descompromisso do Estado com a educação pública – uma escola que possui alunos cadeirantes, não possui rampas de acesso, salas quentes, sem ventilação, sem sala de recursos para alunos que necessitam – ; autoritarismo nas políticas públicas que desrespeitam a autonomia dos professores e alunos – a escola ainda reproduz o método tradicionalista de ensino – ; no preconceito que é evidente com o aluno pobre – os alunos que as professoras citam como sujo, sem banho, sempre estão no fundo da sala, interagem pouco com a turma e professoras – ; por fim, na reprodução alienante do cotidiano da escola dos conflitos inerentes às classes, por práticas e relações escolares que imita as dificuldades de escolarização.

O que faltava na compreensão das educadoras, supervisora e diretora é a aceitação de que cada indivíduo se manifestará de uma forma perante o processo de ensino-aprendizagem. Não se deve descartar nenhum fator que dificulte ou impossibilite esse processo. Mas quando faltam subsídios na infraestrutura da escola para tratar de questões como contexto familiar, inclusão, respeito as diferenças, falta de verba para melhorar a infraestrutura, dentre muitos outros fatores, o que se tem a fazer é inovar. Inovar nos textos que se utiliza com os alunos, algo mais próximo a realidade deles, atividades lúdicas de baixo custo, utilizando materiais recicláveis e o que puder ser feito na escola para que o aprendizado seja efetivo e a escola possibilite.

Indisciplina

Sobre indisciplina, Silva (2001 *apud* Boarini, 1998) expõe que este fenômeno não possui explicação baseada nas diferenças de classes sociais. Até mesmo escolas que atendem alunos de classe média alta e alta possuem queixas quanto a indisciplina. Sendo que, em países industrializados há uma grande mobilização dos órgãos governamentais em solucionar a demanda.

Seguindo o pensamento de Silva e Boarini, entende-se que a indisciplina dos alunos que as professoras reclamam provem de outro fator, não das suas classes sociais vulneráveis.

Contudo não se tem como negar a complexidade dessas questões. Como afirma Boarini (2013), é preciso não deixar de considerar a escola, a família e todos os sujeitos envolvidos nas instituições de ensino, pois são partes constituintes dessa sociedade, contudo, não se isentam dos encaminhamentos e sentimentos produzidos pela sociedade que são pertencentes. Perante o que ocorre dentro de uma escola pertencente a uma sociedade que privilegia o particular, onde o respeito pelo público foi perdido, não fica difícil perceber que o apreço pela escola, enquanto espaço público se perdeu na sociedade atual.

Partindo então, deste pressuposto, ainda de acordo ao pensamento da Boarini (2013), entende-se que quando a “falta de motivação” é uma das causas da indisciplina escolar, conclui-se que as necessidades individuais não foram atendidas. Na escola em questão, percebe-se claramente que os alunos não respeitam o patrimônio público, riscam as mesas, arrastam as cadeiras, as amontoam, riscam as paredes, chutam as portas, não obedecem suas professoras, gritam na sala. “A desobediência à norma é justificada pelo caráter íntimo de cada um.” (BOARINI, 2013).

Levando em consideração o “peso” que os professores carregam nas costas, ao alimentar o imaginário de que “professor bom” deve ser capaz de “segurar” a atenção do aluno, que

os que são competentes, mantem a classe em silêncio, expõe Boarini (2013) dificuldade que alguns professores apresentam ao tentar estabelecer as regras de convivência social, legitimando o cuidado em não “tarumatizar” seus alunos. Entretanto, ao pôr a culpa no professor pelos alunos indisciplinados, não se leva em consideração que é difícil tanto para alunos assistirem aula, quanto para as professoras em terem que ministrar aulas em uma sala abafada, cadeiras desconfortáveis, falta de materiais, alguns com fome. Mais uma vez, como expõe Boarini (2013), cada aluno justificara pela com sua desobediência algo que lhe é de foro íntimo.

Sobre o fato exposto, a primeira medida tomada na escola é em trabalhar com as professoras a desculpabilização perante seus alunos indisciplinados. Mostrar as educadoras que, indisciplina é uma totalização de vários fatores que perpassam o sujeito. Desta maneira, vale ressaltar que o trabalho para amenizar a indisciplina inicia-se em compreender o máximo de fatores que esteja em torno do aluno, para depois disso, iniciar intervenções que não sejam generalistas.

Medicalização

Naquele contexto escolar, ficou muito evidente a necessidade de diagnosticar alguns alunos, e conseqüentemente medica-los em seguida, por parte das professoras, supervisora e diretora. É de uma evidencia muito grande, a necessidade de estigmatizar um aluno considerado problema com um diagnóstico e uma medicação. Após receber um determinado diagnostico e ser medicado, todas as fantasias que permeiam o imaginário do contexto escolar, como por exemplo: a incapacidade da professora, a perda do renome da escola por não conseguir normatizar o aluno, contexto familiar defasado, dentre muitos outros, são transferidos para o seu medicamento e diagnostico. Porém todo a equipe educacional da instituição não consegue perceber que segrega esse aluno.

De acordo estudo de Freitas e Rota Junior (2003) percebe-se que, atualmente, não somente nessa instituição de ensino, vem-se cada vez mais fortalecendo a busca de diagnósticos e de avaliações psicológicas para identificar transtornos e condições médicas e/ou psicológicas que consiga dar conta dos problemas enfrentados por alguns alunos em seu processo ensino-aprendizagem. Por conseguinte, ao voltarem para os profissionais de educação, acabam contribuindo com o processo de exclusão dos alunos, agora chamados de “aluno-problema”.

À vista disso, entende-se que, a psicologia deve lançar mão da patologização, tendo como objeto de ação e reflexão o enlace dos alunos com a escola, a fim de contribuir para que a

escola cumpra seu papel social (Meira, 2003, 2007, 2012). A possível intervenção envolve uma atitude de constante avaliação crítica da realidade da rede de educação e seus membros. A articulação de produções teóricas que integre indicativos para a organização consciente e dispondo de ações que possibilite à garantia de condições que permitam o desenvolvimento máximo dos sujeitos (Meira, 2012).

Bullying

Entre as já apresentadas, talvez o que mais inquietasse as professoras da presente escola, seja o *bullying*. Tendo em vista, que nos relatos das educadoras, percebia-se uma certa confusão no conceito de *bullying*, o que fazia com que entrassem em certa divergência ao discutirem sobre o assunto. Isso se justifica devido “o *bullying* surgiu dentro dos segmentos da violência, é um dos casos mais novos que acontecem dentro do contexto escolar.” (MONTEIRO, 2011).

De início, como nossa função de psicólogos escolares, esclarecemos para as docentes o conceito de *bullying*. Nos baseamos nos estudos de Freire e Aires, (2012 *apud* Fante, 2005, 2008^a) que explica o *bullying* como:

Entende-se por *bullying* um fenômeno que se refere a ações agressivas e gratuitas contra uma mesma vítima, que ocorrem num período prolongado de tempo e são marcadas pelo desequilíbrio de poder. Ele difere de outros tipos de agressões justamente pelo fato de ser um comportamento repetitivo, deliberado e intencional, não se referindo a divergências de ponto de vista ou de ideias contrárias que provocam desentendimentos e brigas (FREIRE e AIRES, 2012 *apud* Fante, 2005, 2008^a)

Após exposto e explicado o conceito, as professoras até chegaram a mencionar que os alunos eram mais agressivos na segunda-feira, e que poderia ser devido ao fato de passarem o final de semana com a família, que elas denominam como “desestruturada” e por causa da classe social, que é vulnerável.

Com essas informações, intervimos como propõe Lamarca (2013), onde o psicólogo, fica compelido a dar lugar a promoção de espaços que possibilitem o processo de discussão e reflexão de temas, como estratégia para fomentar a comunicação. Sendo um lugar de transmita confiança e respeito mútuo, correção de ambiguidades e conflitos existentes nas relações. Consoante ao que pensa Lamarca, Vebber (2013, p. 193) diz que são necessários “promover momentos de diálogo e de vivências em grupo, a fim de qualificar as relações interpessoais, com reflexões relacionadas aos valores éticos, ao enfrentamento do *bullying* e à proteção dos direitos da criança”.

Sendo que, Freire e Aires, (2012) esclarece que “O psicólogo é o profissional apto para realizar um trabalho de prevenção e enfrentamento da violência escolar, ajudando a escola a construir espaços e relações mais saudáveis. ”.

Contexto social vulnerável

Atualmente compreende-se que, segundo Pereira (2013), as desigualdades sociais não sustentam mais as explicações que eram dadas para as situações de vulnerabilidade em que se encontram algumas crianças brasileiras. O que propicia a vulnerabilidade é a marginalização, exclusão e a perda dos direitos fundamentais. São situações como, ruptura e crise identitária em que passa a sociedade, sendo assim, a vulnerabilidade social está relacionada ao enfraquecimento das redes sociais, e, por conseguinte, a sentimentos de solidão e vazio de existência. De acordo Raoport e Da Silva (2013 *apud* Prati, Couto e Koller, 2009. p.404) vulnerabilidade social pode ser compreendida como:

[...] expressa no adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica e outras condições que impeçam ou detenham o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação usada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas (Raoport e Da Silva 2013 *apud* Prati, Couto e Koller, 2009. p.404)

Foi possível a compreensão da condição em que se encontrava os alunos, após perceber que os relatos das professoras, se encaixam com os conceitos acima expostos, como por exemplo:

“Tenho um aluno que o pai é drogado e a mãe nunca veio aqui, vai ver, é por isso que ele se comporta assim. ” Trecho do relato de da professora do 1º ano.

“Eles chegam mais agressivos na segunda-feira, não sei o que fazem no fim de semana, o que acontece com eles. Um deles já até chegou com marcas uma vez. ” Trecho do relato de da professora do 3º ano.

Em vista disto, intervirmos de forma lúdica, por se tratar de crianças, a potencialização do pensamento crítico sobre pobreza, violência, drogas, escola, aprendizagem, sempre respeito a fase do desenvolvimento que os alunos se encontram. Essa intervenção é uma adaptação das intervenções que as estudiosas Guareschi, Reis, Huning e Bertuzzi realizam frente a vulnerabilidade social em adolescentes do programa do trabalho educativo.

Essa adaptação consiste em significar as práticas sociais dos alunos, por meio de práticas discursivas, levando em conta a importância que a linguagem possui no processo de

interação social. Deste modo, segundo Guareschi, Reis, Huning e Bertuzzi (2007 *apud* Spink, 1999) que o sentido é entendido como construção social, um acometimento, interativo, que as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente e culturalmente posicionadas, constroem seus termos por meio das suas compreensões. E com isso lidam com as situações do seu dia a dia. Então, nossa função principal enquanto psicólogos escolares, está em possibilitar que esse sujeito identifique possibilidades dentro do seu cenário social.

CONCLUSÕES

Este trabalho baseou-se em reflexões sobre a prática do psicólogo escolar e educacional em escolas públicas, tendo como perspectiva as possibilidades da intervenção, mas sem esquecer que em alguns momentos seria limitado, ora pelo por falta de recursos, ora por falta de informações acerca da função do psicólogo escolar, ora por barreiras do próprio sistema escolar. É imprescindível que, diante do exposto, todos os profissionais que desejam ingressar na área se conscientizem a respeito do papel do psicólogo neste contexto. Tendo em mente que, deve-se considerar útil e necessária sua presença neste âmbito, buscando sempre desenvolver ações que agreguem valores e revigorem a qualidade do ensino-aprendizagem contribuindo para um bom desempenho dos educadores e educando. O psicólogo deve ater-se para não desvincular o aluno do seu sistema relacional mesmo com os fatores limitadores da educação, visando adequar suas ações a realidade da criança buscando formas que estimulem e motivem os alunos a aprenderem a cada dia, de acordo o seu desenvolvimento cognitivo. Pois, para o psicólogo escolar, se é primordial que compreenda o desenvolvimento cognitivo e intelectual de crianças e adolescentes de forma individual. Cada uma tem seu tempo de processar as informações advindas do processo ensino-aprendizagem. Isto posto, vale ressaltar que a educação brasileira é um cenário desafiador que está presente em nossa realidade atual a um desrespeito para com o que é de ordem coletiva, e isso faz com que os psicólogos tenham um grande desafio, mas que pode ser superado caso se atualizem para conhecerem os entraves da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLL, César et. al. **Desenvolvimento Psicológico da Educação: Transtornos do Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais** v. 3: 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

GUEDES, Neide, C. **A construção dos conceitos de formação profissional e prática pedagógica.** Teresina: EDUFPI, 2002.

MARTINS, Sueli T. F.; **Aspectos teórico-metodológicos que distanciam a perspectiva sóciohistórica vigotskiana do construtivismo piagetiano.** In: MENDONÇA, S. G. de L.;

MILLER, S. (Orgs.). **Vygotsky e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2006.

FACCI, Marilda G. D. **Vigotski e o processo ensino-aprendizagem: a formação de conceitos.** In: MENDONÇA, S. G. de L.; MILLER, S. (Orgs.). **Vygotsky e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2006.

LAROCCA, P. **A psicologia na formação docente.** Campinas: Alínea, 2001.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991. _____. *La imaginación y el arte em la infância.* Madri: Akal, 1996. _____. *O desenvolvimento psicológico na infância.* São Paulo: Martins Fontes, 1998. _____. *Psicologia pedagógica.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SALVADOR, César Coll. **Psicologia da Educação.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

MARTINS, João Batista. **A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica.** *Psicologia em estudo*, v. 8, n. 2, p. 39-45, 2003.

FREITAS, Joelma da Silva; ROTA JUNIOR, Cesar. **O eletroencefalograma como instrumento de avaliação de queixas escolares: medicalizando a educação escolar.** *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 3, n. 1, 2013.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. **Para uma crítica da medicalização na educação.** *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 16, n. 1, p. 136-142, 2012.

RIBEIRO, Rosana and CACCIAMALI, Maria Cristina. **Defasagem idade-série a partir de distintas perspectivas teóricas.** *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2012, vol.32, n.3, pp. 497-512. ISSN 0101-3157.

ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale. **O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar.** *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.* [online]. 2007, vol.17, n.1, pp. 136-145. ISSN 0104-1282.

SILVA, Juliano Correa da. **Indisciplina escolar: a queixa da atualidade.** *Psicol. estud.* [online]. 2001, vol.6, n.1, pp. 97-98. ISSN 1413-7372.

BOARINI, Maria Lucia. **Indisciplina escolar: uma construção coletiva.** *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2013, vol.17, n.1, pp. 123-131. ISSN 1413-8557.

MONTEIRO, Carlos. **A Actuação do Psicólogo Escolar face à Problemática do Bullying em Contexto Escolar Estudo nas escolas públicas.** 2011. Disponível em: <<http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/346/1/carlos%20A.%20Monteiro%20PSI.pdf>>. Acessado em: 18 de outubro de 2015.

FREIRE, Alane Novais and AIRES, Januária Silva. **A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying.** *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2012, vol.16, n.1, pp. 55-60. ISSN 1413-8557.

LAMARCA, Thaysa Eiras. **A atuação do psicólogo frente ao bullying no contexto escolar.** 2013 Disponível em: <<http://www.fsj.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Psicologia-A-ATUA%C3%87%C3%83O-DO-PSIC%C3%93LOGO-FRENTE-AO-BULLYING-NO-CONTEXTO-ESCOLAR.pdf>>. Acessado em: 18 de outubro de 2015.

VEBBER, Fernanda Cañete. **Psicologia escolar:** relato de uma experiência no ensino fundamental. *Psicologia: teoria e prática*, v. 15, n. 1, p. 194-207, 2013.

PEREIRA, Sandra; ENI, F. N. **Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar.** Aconchego-DF. 2013. Disponível em: <<http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf>> Acessado em: 18 de outubro de 2015.

RAOPORT, Andrea; DA SILVA, Sabrina Boeira. **Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social.** REVISTA EDUCAÇÃO EM REDE: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE-ISSN 2316-8919, v. 2, n. 2, 2013.

GUARESCHI, Neuza M. F.; REIS, Carolina D.; HUNING, Simone M. e BERTUZZI, Leticia D.. **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo.** *Estud. pesqui. psicol.* [online]. 2007, vol.7, n.1, pp. 0-0. ISSN 1808-4281.